

# História e literatura em discussão: África enquanto “Continente Sombrio” pelas “Minas do Rei Salomão” (1885)

History and Literature under discussion: Africa as a “Dark Continent” through “King Solomon's Mines” (1885)

**Gabriel Moreira Medeiros Laureano**

Doutorando em História  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)  
gmmlaureano@gmail.com

**Jorlandro Augusto Louzada**

Doutorando em Ciências Sociais  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)  
asimov.jo@gmail.com

**Recebido em:** 02/08/2021

**Aprovado em:** 28/09/2021

**Resumo:** A África do início do século XIX, em grande parte inexplorada, despertava o interesse de muitos que a viam sob a lente do misticismo, exotismo e possibilidade de obter fortunas. Com o processo de colonização, e exploração do território, este fascínio pelo “continente sombrio” se acentuou e diversas obras literárias surgiram em reforço a esta visão e ao colonialismo. O presente artigo tem por objetivo analisar a obra do escritor inglês do século XIX, Henry Rider Haggard, “As Minas do Rei Salomão”, a fim de identificar nela os elementos que aludem às práticas coloniais naquele momento. Tal temática se faz relevante dada a ligação histórica entre colonização portuguesa nas Américas e África e conseqüentemente carência de certos estudos em língua portuguesa relacionados ao tema até recentemente. Esperamos poder contribuir com estudos futuros e chamar atenção para as potencialidades do tema que mescla literatura juvenil com historiografia sobre África.

**Palavras-chave:** Literatura, Colonialismo, Imperialismo.

**Abstract:** Africa at the beginning of the 19th century, largely unexplored, aroused the interest of many who saw it through the lens of mysticism, exoticism and the possibility of making fortunes.

With the process of colonization and exploration of the territory, this fascination for the “dark continent” was accentuated and several literary works emerged to reinforce this vision and colonialism. This article aims to analyze the work of the 19th century English writer, Henry Rider Haggard, “The Mines of King Salomon”, in order to identify in it the elements that allude to colonial practices at that time. This theme becomes relevant given the historical link between Portuguese colonization in the Americas and Africa and consequently the lack of certain studies in Portuguese related to the theme until recently. We hope to be able to contribute to future studies and draw attention to the potential of the theme that mixes youth literature with historiography about Africa.

**Keywords:** Literature, Colonialism, Imperialism.

### Introdução

O presente artigo tem por objetivo analisar elementos da obra do escritor inglês Henry Rider Haggard (1856-1925) intitulada: *As Minas do Rei Salomão* que se relacionam às práticas do Imperialismo e à concepção recorrente a respeito do continente Africano. Este ainda era parcamente explorado, afinal, como aponta Albert Boahen: “até 1880, em cerca de 80% do seu território, a África era governada por seus próprios reis, rainhas, chefes de clãs e de linhagens, em impérios, reinos, comunidades e unidades políticas [...]”(BOAHEN, 2011, p. 3). Para tanto, consideramos as obras literárias como uma fonte que nos possibilita um privilegiado ângulo de análise, não só dos anseios do autor, bem como da época em que foram elaboradas. Nicolau Sevcenko vê a literatura como “o limite mais extremo do discurso, o espaço onde ele se expõe por inteiro, visando reproduzir-se, mas expondo-se igualmente à infiltração corrosiva da dúvida e da perplexidade”. (SEVCENKO, 2003, p. 20).

A literatura apresenta este dinamismo que envolve, em um primeiro momento, os autores que estruturam suas obras dotando-as de sentido e significados, mas também passam pelos leitores, que lhes atribuirão outros significados e serão os indicadores de sua receptividade. Como diz Roger Chartier: “elas estão investidas de significações plurais e móveis, que se constroem no encontro de uma proposição com uma recepção. Os sentidos atribuídos às suas formas e aos seus motivos

dependem das competências ou das expectativas dos diferentes públicos [...]” (CHARTIER, 1994, p. 9).

Naturalmente, tais obras se inscrevem e se situam em seu próprio tempo e apresentam relação com a sociedade, cujas esferas (política, cultural, econômica) servem de base e as influenciam diretamente, assim esta é uma: “dependência, mais fundamental ainda, diante das determinações não conhecidas que impregnam a obra e que fazem com que ela seja concebível, comunicável decifrável” (CHARTIER, 1994, p. 9).

Henry Haggard adequa-se muito bem a esta dinâmica apresentada pela literatura, como postulado por Sevckenko, pois a partir de *As Minas do Rei Salomão* é possível observar o discurso imperialista e suas práticas com grande consistência, seja pelo enredo ou pelas características das personagens. Imerso plenamente no sistema colonial da Grã-Bretanha, tendo exercido os cargos de assistente do Governador da Província de Natal e comissário especial em Transvaal na década de 1870, foi um agente histórico neste momento de apogeu do colonialismo na África e sua experiência pessoal certamente muito influenciou sua obra.

Haggard nasceu em 22 de junho de 1856, em Norfolk, na Inglaterra, foi oitavo de dez filhos. Seus pais, William Beybohm Ridder Haggard (1817-1893) e Ella Doventon (? - 1889), tinham certo envolvimento com a empresa colonial, haja vista que Ella era filha de um mercador da Companhia das Índias Orientais. Assim, Haggard teve parte de sua formação em casa, até os dezenove anos, quando os pais perceberam que o filho estava tendo dificuldades nos estudos e o ofereceram como secretário do governador de Natal, no Sul da África, Sir. Henry Bulwer, em 1875. Em 1880 Haggard casou-se com Mariana Louisa Margitson, e tiveram apenas um filho, Jack, que morreu repentinamente em uma das viagens de Haggard pelo mundo, precisamente quando visitava o México em 1891 (COHEN, 1960).

Suas principais obras foram: *Dawn* (1884); *The Witch's Head* (1885); *She* (1887); *Eric Brighteyes* (1891); *A Farmer's Year* (1899); *Rural Denmark and its Lessons* (1911); *Morning Star* (1910), dedicado um amigo que trabalhava no British Museum, Dr. Wallis Budge; *Finished* (1917), dedicado ao Presidente

dos Estados Unidos da América, Theodore Roosevelt; e em 1919 escreveu seu último livro, dedicado ao Diretor do Museu do Cairo, Sir Gaston Maspero, cujo título é *Moon of Israel (1918)*, abordando o antigo Egito. Haggard morreu em Londres, em 14 de maio de 1925. No ano seguinte foram publicados os dois volumes de sua autobiografia, contendo cartas pessoais muito elucidativas, sobretudo quando da sua estadia na África do Sul.

A obra de Haggard provavelmente ia ao encontro das expectativas e anseios de muitos que observavam o continente Africano como uma verdadeira fábula viva, digamos assim: além do mediterrâneo, lugar exótico, do inimaginável. Pois constituíam um público: “ávido de aventuras, curioso do desconhecido, faminto do exotismo, o público deixava-se arrebatado por esses romances e novelas que falavam de terras longínquas” (M'BOKOLO, 2011, p. 449). Além disso, fatores oriundos do próprio etnocentrismo também eram responsáveis por este interesse, afinal: “os europeus tinham uma ideia estereotipada dos negros [...] o negro (o preto, como se dizia na época) era um ser inferior, primitivo, fetichista [...]” (M'BOKOLO, 2011, p. 450). Achille Mbembe aponta que: “[...] ninguém – nem aqueles que inventaram nem os que foram englobados neste nome – desejaria ser um negro ou, na prática, ser tratado como tal” (MBEMBE, 2014: 11).

Distintos autores decolonialistas como Aimé Cesáire, Anta Diop, Fanon e o próprio Mbembe ponderam que a “ideia de África” nasce marcada por uma construção colonial que afirma o destino do negro e da África definidos externamente (pelo agente colonizador), mobiliza um acervo colonial de princípios hierárquicos de diferentes tempos relacionados aos povos de pele escura e cria um contexto de alucinações folclorizando e tratando tudo que se relaciona à África como exótico e monstruoso. Estas posições como veremos mais a frente são presentes na obra de Haggard.

O presente trabalho está dividido em algumas partes: em um momento inicial apresentaremos um breve debate historiográfico em torno da relação entre História e Literatura, a partir dos desdobramentos da História Cultural. Em seguida apresentaremos o contexto social e político em que o autor esteve inserido na África, uma vez que são eventos pouco conhecidos pelo grande público. Por fim, apresentaremos uma análise propriamente dita do romance *As Minas do Rei*

*Salomão*, buscando identificar no enredo e nos personagens indicativos do Imperialismo e considerando a obra como, indiretamente, parte de uma literatura de apoio às violências coloniais naquele dado momento.

### Os usos da Literatura

Para melhor embasarmos nossa discussão em torno da obra de Haggard, é imperativo tratar da habilitação, ou reabilitação, da Literatura enquanto uma fonte histórica privilegiada, tendência que se desenvolveu no seio da nascente História Cultural, nos meados da segunda metade do século XX. Até este período, a Historiografia foi marcada pelo paradigma Positivista, considerando apenas como fonte passível de análise os documentos oficiais de cunho administrativo/diplomático, a fim de produzir obras, essencialmente narrativa, sobre os grandes homens. Foi o momento de predomínio da História Política, que atualmente vem ganhando muito espaço e visibilidade entre os historiadores, com um aparato teórico renovado e com o objetivo de distanciar-se das propostas antigas (RÉMOND, 1996; ROSANVALLON, 2010). É importante ressaltar que, com o declínio desta corrente, se deu a ascensão do Social na História, que deixou de lado os grandes nomes e passou a voltar sua atenção às massas, aos movimentos populares, a estrutura das sociedades. Sem sombra de dúvidas, a escola dos *Annales* foi o grande expoente deste momento da historiografia. Peter Burke resume muito bem as principais contribuições:

Da minha perspectiva, a mais importante contribuição do grupo dos *Annales*, incluindo-se as três gerações, foi expandir o campo da história por diversas áreas. O grupo ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las. Estão também associadas à colaboração com outras ciências, ligadas ao estudo da humanidade, da geografia à linguística, da economia à psicologia. Essa colaboração interdisciplinar manteve-se por mais de sessenta anos, um fenômeno sem precedentes na história das ciências sociais (BURKE, 1992, p. 90).

Logo, de acordo com o autor no que se refere às fontes e áreas de estudo, foi o estopim para que pouco a pouco, dentro do próprio movimento dos *Annales*, de influência marxista, alguns estudos se orientassem a partir de uma abordagem cultural. A obra de Edward P. Thompson exemplifica muito bem este sutil “desvio” do social, pois o historiador passou a considerar a influência da cultura popular e das tradições em suas relações econômicas (os preços, os períodos e locais de venda eram norteados também pelos costumes locais que, quando desrespeitados, orientando a produção para outros territórios, por exemplo, convulsionavam o povo em descontentamento), trata-se do famoso conceito de “economia moral”.

Desse modo, a predominante História Econômica foi cedendo lugar, paulatinamente, a uma História Intelectual, com fins de desvendar a consciência social de um determinado povo, intrinsecamente relacionada com suas práticas; foi chamado pelos franceses de *mentalités*, termo marcado na tradição francesa. Tal abordagem foi amplamente questionada por sua amplitude demasiada, refletindo em uma vã fragmentação entre diversos temas de pesquisa, sem coesão alguma. O que despertou as críticas dos representantes: “Chartier e Revel não propuseram simplesmente um novo conjunto de temas para investigação; foram além das *mentalités*, com o objetivo de questionar os métodos e objetivos da história em geral [...]” (HUNT, 1992, p. 13).

E concomitantemente a este cenário de questionamento e renovação dos métodos da nascente História Cultural, a disciplina de maior influência deixa de ser a Sociologia, que cede lugar à Antropologia. Os métodos antropológicos não se preocupam em abarcar todos os elementos de uma sociedade. Seu foco está nas práticas dos diversos grupos e hábitos ligados à tradição. É uma abordagem voltada para a busca de significados (em um sentido mais amplo do termo, evitando assim rotulações de uma abordagem por demais simplista). Daí, a influência também da Teoria Literária neste momento, propondo desvendar a linguagem presente nas práticas dos grupos, possibilitando uma interpretação da sociedade de maneira crítica, quase como um espelho revelador de toda a realidade, mas levando em conta as intenções dos indivíduos e influências por eles sofridas,

suas relações em toda sua complexidade. Robert Darnton, em sua obra homônima *O grande massacre dos gatos*, da década de 1980, sintetiza com clareza este método etnográfico na História:

O método antropológico da História tem um rigor próprio, mesmo quando possa parecer, a um cientista social tarimbado, suspeitosamente próximo da literatura. Começa com a premissa de que a expressão individual ocorre dentro de um idioma geral, de que aprendemos a classificar as sensações e a entender as coisas pensando dentro de uma estrutura fornecida por nossa cultura. Ao historiador, portanto, deveria ser possível descobrir a dimensão social do pensamento a extrair a significação de documentos, passando do texto ao contexto e voltando ao primeiro, até abrir caminho através de um universo mental estranho (DARTON, 1988, p. 27).

O enfoque metodológico descrito acima, influenciado pela Antropologia e com ênfase na expressão individual, permite muitas possibilidades de análise e sua transposição à literatura, analisando as obras enquanto fruto das intenções, anseios e de toda vivência do autor, que, por sua vez, também é influenciado por seu tempo. Lynn Hunt afirma que: “a ênfase na história cultural incide sobre o exame minucioso – de textos, imagens e ações – e sobre a abertura de espírito diante daquilo que será revelado por esses exames [...]” (HUNT, 1992, p. 29). É exatamente esta abordagem que empregaremos em nossa análise de *As minas do rei Salomão*. Porém, antes de iniciá-la, encerraremos este tópico (dedicado ao aparato teórico-metodológico) e apresentaremos brevemente as discussões em torno da Teoria Literária.

Como observamos até o presente momento, as novas formas de abordagem tem orientado, em partes, exatamente à Literatura (retomando ênfase às questões como a da narrativa, essencial, por exemplo, na abordagem micro-histórica). De acordo com o livro organizado por Hunt Lynn, no artigo de Lloyd S. Kramer, dois grandes nomes desta nova empreitada foram Hayden White e Dominick LaCapra, cujos trabalhos são de extrema relevância para a temática e vamos apresentá-los brevemente.

Circunscritos na História Intelectual, estes historiadores visam questionar as supostas fronteiras entre a História e a Literatura, chamando atenção para o importante papel da linguagem (que discutimos de antemão). A própria subárea da História Intelectual já é, por si só, um símbolo

desta crítica, pois suas temáticas podem ser postas aos olhos de estudiosos de outras áreas, como que em segundo plano. Estes apresentam críticas ferrenhas à narrativa, sobretudo a narrativa de ficção, que seria totalmente distinta do fato, e, portanto impossível de estabelecer qualquer relação. White e também LaCapra questionam estas rígidas delimitações disciplinares, bem como uma suposta unidade no passado e nos processos históricos.

Embora essa ênfase “dialógica” constitua o modelo de história intelectual de LaCapra, torna-se relevante para todas as formas de estudos históricos, pois os “campos” que os historiadores buscam “dominar” sempre ultrapassam as estruturas explicativas que os definem; mesmo o “estudo definitivo” deixa de fora muito mais do que diz. Toda época, todo texto importante e toda personalidade histórica encerra tendências que desafiam e contradizem os rótulos dos quais depende a historiografia (KRAMER, 1992, p. 139).

Assim, além da defesa de uma interdisciplinaridade, os autores criticam as posturas que visam delimitar rigidamente, seja a historiografia ou o próprio passado, numa vã tentativa de apreendê-lo totalmente, e aqui entra também a crítica ao modo de escrita da História, tendo como principal alvo a História Social mais tradicional. White chama esta corrente-dominante por algumas décadas, até os anos 1970 e 1980 – de perspectiva irônica, pois o historiador se definiria capaz de apresentar a realidade/verdade em suas análises. Tal perspectiva deve ser combatida a partir de uma leitura dos textos e dos contextos que seja capaz de identificar toda sua complexidade, e também leve o próprio historiador a repensar seu estilo de escrita (que está associado diretamente ao aparato teórico-metodológico que está munido). É importante esta perspectiva de desconstrução do texto (clara influência de Jacques Derrida), analisando-o em relação ao seu momento e identificando seus objetivos e influências.

Roger Chartier em *Texto, impressão e leituras*, o autor inicia com um exemplo capaz de demonstrar as dificuldades e as potencialidades do trabalho com a literatura (inclusive, apresenta possibilidades que vão muito além das que propomos para esta análise, pois considera um exame de todas as edições de uma dada obra, seus prefácios, notas etc. Enfim, algo mais ligado à recepção pelos leitores e seu impacto). Este exemplo é em torno da obra chamada “Celestina” de 1507, e



Chartier apresenta as indagações do autor em torno de sua recepção, que gerou três leituras diferentes: uma narrativa de viagem; um conjunto de ditos populares; e uma terceira leitura, mais adequada, por considerar o texto de forma mais ampla, alcançando sua essência, o que a obra realmente quer transmitir. Preocupado com a História da Leitura, o autor define as contradições nestas leituras como o cerne desta abordagem: analisar a obra ou o leitor? Esta se impõe ao segundo? E muitos outros questionamentos. Entretanto, a História, segundo Chartier, auxilia na compreensão dessas questões, partindo do pressuposto de que um texto não se impõe igualmente a todos:

A história oferece duas abordagens que são necessariamente ligadas: reconstruir a diversidade de leituras mais antigas a partir de seus vestígios múltiplos e esparsos, e identificar as estratégias através das quais autoridades e editores tentaram impor uma ortodoxia ou uma leitura autorizada do texto. Dentre essas estratégias, algumas são explícitas e se fundamentam no discurso (em prefácios, prólogos, comentários e notas), e outras são implícitas, transformando o texto num mecanismo que deve, necessariamente impor uma compreensão considerada legítima (CHARTIER, 1992, p. 215).

A primeira abordagem trata-se de uma análise mais minuciosa, traçando toda a trajetória de uma obra no mercado editorial; a segunda menciona a identificação de estratégias, explícitas, ligadas a estrutura do livro em si e seus elementos textuais, e outras implícitas, que tornam o texto legítimo. Acreditamos que estas estratégias se encontram na sociedade, e podem ir ao encontro das expectativas e mentalidades de alguns leitores.

*As minas do rei Salomão* foi popular em seu tempo, e certamente não foi ao acaso, mas porque tal obra atendia diretamente uma vasta gama da população: seja o colonizador da metrópole; o administrador da colônia e seus pares, ou até mesmo aquele simples indivíduo que via as terras além do mediterrâneo como um lugar fantástico e exótico, repleto de riquezas, um novo *El Dorado* em potencial.

A crítica literária de White e LaCapra, bem como as colocações em torno da História da Leitura de Chartier, e todo o panorama traçado até aqui, apontam a grande potencialidade da

Literatura enquanto fonte que nos fornece um ângulo muito privilegiado. Ainda nos permite perscrutar, mesmo que indiretamente, os anseios e expectativas dos indivíduos.

### **Bôeres, Zulus e Ingleses**

A presença de brancos no Cabo da Boa Esperança se deu pela instalação de um forte holandês pela Companhia Holandesa das Índias Orientais, em 1652. A partir deste ponto estratégico, iniciaram a ocupação rumo ao interior do território com a vinda de colonos (holandeses e alemães). A força de trabalho utilizada (tendo em vista que os nativos recusaram-se a se submeterem ao trabalho forçado) era constituída de escravos importados de diversas regiões, como da Angola, e até mesmo escravos muçulmanos. Esta questão é importante de ser considerada, pois estes grupos que aí se estabeleceram, são os mesmos que foram chamados bôeres, grupo ligado, sobretudo, a pecuária. Tal atividade lhes acentuou o caráter expansivo, ocasionando o crescimento da Colônia do Cabo, bem como os altos impostos cobrados pela Companhia das Índias, o que os levou a adotarem uma postura nômade. Estes dois fatores ligados à expansão gerou diversos conflitos com grupos nativos.

Os caçadores sans, habituados a roubar gado aos vizinhos, entraram abertamente em conflito com os colonos no final do século XVIII: de cerca de 1770 até 1810, tornou-se hábito os comandos de trekboers trucidarem sistematicamente os sans, que, por únicas armas, tinham arcos e flechas envenenadas; os sobreviventes emigraram para o noroeste, cujas terras áridas e semidesérticas não interessavam aos colonos. Para leste, estes entraram em confronto com os criadores de gado bantus logo desde início do século XVIII. Solidamente organizados e hábeis na guerra, os chosas eram adversários mais temíveis do que os khoi-sans (khoikhois e sans). Em 1778, o governador do Cabo fixou a fronteira da colônia no Great Fish River, na esperança de pôr cobro aos ataques seguidos de represálias praticados por ambos os lados. Tal não impediu conflitos importantes, em especial em 1779, 1789, e 1799 (M'BOKOLO, 2011, p. 297).

A consolidação da colônia se deu em meio a muitos conflitos, como foi possível observar. Bokolo afirma que foi uma sociedade essencialmente militar, cujo alistamento era obrigatório devido à necessidade de proteção constante das fronteiras. E ainda, embasados no Calvinismo, tinham

cimentadas as concepções de que os negros possuíam a vocação ao trabalho servil, o que reforçou o sentimento do grupo branco de constituírem uma raça superior (M'BOKOLO, 2011, p. 298).

Foi assim que a Inglaterra de Haggard encontrou o Cabo em 1795, e esta situação de instabilidade (tanto na África, quanto na Europa, abalada pela Revolução Francesa influente também nas Américas com as Revoluções Haitiana e Estadunidense) foi a brecha ideal para o assentamento inglês. A administração britânica pesou, digamos assim, sobre os boêres, que estavam acostumados com uma administração à distância. Tudo isso – aliado às diferenças religiosas e à baixa indenização devido ao fim da escravidão – foi o estopim da revolta. Bokolo ressalta que estes choques (culturais, políticos, econômicos etc.) entre os britânicos e os colonos holandeses levaram a uma cristalização da cultura dos segundos. Os holandeses deixaram o nome bôer (a partir daquele momento carregado de conotações negativas) e adotaram o termo africâner, delimitando e consolidando aquela etnia em face ao inimigo britânico (M'BOKOLO, 2011, p. 300).

O fortalecimento dos bôeres/afrikaners, fez com que se movimentassem deixando algumas terras e ocupando outras, e neste novo processo de ocupação, chocaram-se novamente com outros grupos étnicos nativos, dentre eles, os Zulus. Inicialmente houve um acordo entre os colonos e os Zulus, sendo que os segundos aceitaram acolher os primeiros, em troca do auxílio à sustentação do novo governo Zulu, do rei Dingaan. Entretanto, os números de colonos foram gradativamente aumentando, até que, por volta de 1838, passaram a ocupar terras por uso da força, iniciando o conflito que ceifou milhares de vidas. Os Zulus só foram derrotados a muito custo, em 1879, quando os brancos invadiram sua capital a incendiaram e capturaram Dingaan (KNIGHT, 2003, p. 74). A esta época fazia três anos que Haggard havia chegado a Natal, com a função de secretário. Entretanto, ele também esteve ativamente envolvido nos processos administrativos e diplomáticos que envolveram tanto a Guerra dos Zulus (acima brevemente apresentada) quanto à anexação dos territórios de Transvaal, evento que prolongaria os conflitos contra os bôeres. Em sua autobiografia, Haggard recorda o evento:

The great day came at length. On April 12, 1877, at some time in the forenoon--I think it was about eleven o'clock--we, the members of the staff, marched down to

the Market Square, where a crowd was assembled, Sir Theophilus remaining at the building which afterwards became Government House. I do not remember that our little escort of twenty - five Mounted Police were with us. They may have been, but I think it probable that they were left near the person of the Special Commissioner. That there was a possibility of trouble we all knew, for many threats had been made, but in that event twenty-five policemen would not have helped us much. Everything being arranged decently and in order, Osborn stepped forward and read the Proclamation, which was received with cheers by the crowd, that of course was largely composed of English folk or of those who were not unsympathetic (HAGGARD, 1926)<sup>1</sup>.

Haggard recorda, inclusive, a sua preocupação com a segurança do grupo devido à instabilidade da situação envolvendo os três grupos (ingleses, bôeres e zulus). Aponta a boa recepção da plateia, mas ressalta que só foi assim porque a maioria era composta pelo povo inglês. Entretanto, mais adiante, Haggard ressalta uma dificuldade que teve ao chegar ao seu local de trabalho, pois ele havia sido encarregado de entregar cópias da proclamação aos demais membros da administração.

I recall that after everything was over it became my duty to deliver copies of the Proclamation, and of another document under which Sir Theophilus assumed the office of Administrator of the new Government, at the various public offices. In front of one of these offices—I remember its situation but not which one of them it was--was gathered a crowd of sullen-looking Boers who showed no disposition to let me pass upon my business. I looked at them and they looked at me. I advanced, purposing to thrust my way between two of them, and as still they would not let me pass I trod upon the foot of one of them, half expecting to be shot as I did so, whereon the man drew back and let me go about my duty (HAGGARD, 1926)<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> O grande dia chegou afinal. Em 12 de abril de 1877, às vezes pela manhã – eu penso que foi por volta de onze horas – nós, os membros do staff, fomos até a Market Square, onde uma multidão estava reunida, Sir. Theophilus permanecendo no prédio que depois tornou-se o Palácio do Governador. Eu não me lembro se nossa pequena escolta de vinte e cinco policiais montados estavam conosco. Eles talvez estivessem, mas eu penso que é provável que eles permaneceram próximos a pessoa do Comissário Especial. Que ali havia possibilidade de confusão, todos nós sabíamos, pois muitas ameaças foram feitas, mas naquele evento os vinte e cinco policiais não teriam nos ajudado muito. Tudo estava sendo arranjado decentemente e em ordem, Osborn caminhou a frente e leu a Proclamação, que foi recebida com alegria pela multidão, que, é claro, era largamente composta por ingleses ou por aqueles que não eram contrários a nós (Tradução Livre).

<sup>2</sup> Eu me lembro que após tudo ter terminado foi meu dever entregar cópias da Proclamação (e de outro documento pelo qual Sir Theophilus assumiu o escritório do Administrador do novo Governo) para os vários escritórios públicos. Em frente a um destes escritórios – eu me lembro de situação, mas não de qual escritório exatamente – estava reunida uma grande multidão de bôeres de aparência taciturna que não mostraram nenhum intuito de me deixar passar em minha tarefa. Eu olhei para eles e olharam para mim. Eu avancei, querendo abrir meu

Para conseguir passar, teve que pisar no pé de um daqueles que bloqueavam seu caminho, embora temesse um tiro como resposta. Entretanto, esta intimidação surtiu efeito uma vez que deixaram que ele passasse. Mais adiante, Haggard refletindo sobre sua atitude, se de fato agiu bem, chega à conclusão que sim, e escreveu o motivo: “[...] I was the representative of England [...]” (HAGGARD, 1926)<sup>3</sup>. É, portanto o Haggard administrador, representante da Inglaterra, que colocava o êxito de seu serviço em primeiro lugar; um Haggard que certamente influenciou o Haggard escritor, cuja obra não só reflete sua admiração pelo sistema britânico de governo e a vida na colônia, como também teve o personagem principal, Alan Quartermain, inspirado em Frederick Courteney Selous, um famoso caçador e explorador que esteve na África do Sul no mesmo momento em que Haggard (MANDIRINGANA, 1998).

A Guerra dos boêres, propriamente dita, se iniciou em 1899 em resposta à anexação de 1877, e terminou apenas em 1902. Foi uma guerra extremamente violenta: ficou constatado que 450,000 ingleses morreram para derrotar uma força que não passava de 60,000 homens afrikaners/boêres, o que se deu, dentre outros fatores, devido ao equipamento de qualidade e ao bom treinamento realizado pelas tropas (BARNES-FREMONT, 2003; MCQUILTON, 2016; KINGHT e RUGERRI, 2004). Haggard acompanhou de sua casa em Norfolk, pois nestes anos não estava mais no tumultuado sul da África.

Tendo apresentado este momento de Haggard enquanto parte ativa do corpo administrativo da colônia, é clara sua admiração pela cultura dos povos do continente, especialmente os Zulus, mas é igualmente evidente sua visão racista e paternalista enquanto representante da Inglaterra, que deveria ensinar a esses “pobres selvagens” os caminhos para a civilização.

Importante salientar que à época de Haggard, sobretudo nas Américas, existiam escritores importantes da literatura mundial que denunciavam o sistema colonial da Europa em geral sobre o continente Africano. No entanto, estes escritores eram, ainda que uns poucos, pessoas relacionadas

---

caminho entre dois deles, a como eles não me deixavam passar eu pisei no pé de um deles, esperando ser baleado ao fazer isso, mas o homem recuou e me deixou cumprir meu dever (Tradução Livre).

<sup>3</sup> Eu era o representante da Inglaterra (Tradução Livre).

ao movimento abolicionista no continente americano (onde alguns eram, sobretudo, negros nascidos na diáspora africana e outros liberais influenciados pelo dinamismo econômico do fim da escravidão). Talvez o escritor de romances mais crítico ao colonialismo europeu em África tenha sido o estadunidense Mark Twain (Missouri, 1835 – Connecticut, 1910) que escreveu em 1905 o famoso “*Solilóquio do Rei Leopoldo da Bélgica*”, onde critica abertamente a administração colonial desumana sobre a África e os africanos.

### **Violência Colonial, Violência Imperial nas “Minas do Rei Salomão”**

Wendy R. Katz, em sua obra *Rider Haggard and the Fiction of Empire*, ao analisar as obras de Haggard chama a atenção para a grande influência do autor entre os mais diversos grupos.

It is easy to find supporting evidence for the view that Haggard helped create an image of Empire for the young men of his day and even led some of them into imperial service. Harvey Darron, in his classic *Children's Books in England* (1932), asserted, for example, that Haggard gave English boys a better idea of the potential wonders of Empire than could be had from any school task (KATZ, 2010, p. 1)<sup>4</sup>.

Sua obra também é marcadamente racista e por mais que apresentasse grande admiração pelo modo de vida da África do Sul, clima, cultura, culinária etc., conservava uma visão muito paternalista, tipicamente colonial. Logo que Haggard chegou à África em 1875, enviou uma carta a seu pai, no dia 18 de agosto, contendo as suas primeiras impressões daquilo que o aguardava:

I am getting on all right, though my position is not an easy one. I find myself responsible for everything, and everybody comes and bothers me. However it all comes in the day's work. I don't know yet if I am private secretary, but I suppose I am as nobody else has appeared. I make a good many blunders, but still I think I get on very well on the whole. I expect I shall have a tremendous lot of work at Natal as the Chief told me that he was going to entertain a good deal, and all that will fall on my shoulders in addition to business. We are very good friends and shall, I think, continue to be so, as he is not a captious or changeable man. Beaumont,

---

<sup>4</sup> É fácil encontrar e sustentar evidências para a concepção de que Haggard ajudou a criar uma imagem de Império para os jovens de seu tempo e ainda liderou alguns deles ao serviço imperial. Harvey Darron, em seu clássico “*Livros infantis na Inglaterra*” (1932), afirmou, por exemplo, que Haggard deu às crianças inglesas uma melhor ideia das potenciais maravilhas do Império do que qualquer tarefa na escola (Tradução livre).

who was secretary to Pine (the late Governor of Natal), puts me up to a lot of things; he is an excessively nice fellow and we are great allies (HAGGARD, 1926)<sup>5</sup>.

No trecho da carta citada, Haggard confia a seu pai, talvez com certo entusiasmo, de que sua posição (mesmo que ainda não lhe esteja claro se será o secretário privado do governador) certamente lhe exigirá considerável trabalho, pois muitos já foram até ele. Podemos até mesmo supor que se Haggard não teve contato, ao menos teve conhecimento com as populações nativas de sua nova área de trabalho. Sobre esta relação, Katz afirma que:

From the very first essays that he wrote in the Transvaal, to his history of the Zulu War, Cetywayo, and on through his fiction, speeches, and private diaries, Haggard's political views remained consistently racist. The early essays from the Transvaal show him as paternalistic at best. In "The Transvaal" (1877), Haggard characterizes the British as uniquely able to rule black Africans with a measure of justice: "We alone of all the nations in the world know how to control coloured races without the exercises of cruelty" (KATZ, 2010, p. 139)<sup>6</sup>.

Encontramos de diferentes maneiras todo o racismo e o colonialismo sobre África nesta obra. Podemos resumir a história de maneira muito grosseira a colonizadores brancos que buscam minas lendárias na África – que nesta história trata-se um continente colonizado que convive “pacificamente” com nações africanas autônomas, alternando o mito do negro dócil com sua incivilização e selvageria. Aparecem na história, homens brancos (entre eles o herói Allan Quatermain) que ajudam um negro criado entre brancos a retornar ao seu povo e assumir o trono

---

<sup>5</sup> Eu estou indo bem, apesar de minha função não ser nada fácil. Eu me encontro responsável por tudo, e todo mundo vem e me incomoda. Entretanto, isso tudo ocorre nos dias de trabalho. Eu não sei ainda se eu sou o secretário particular, mas eu suponho que eu seja, pois ninguém ainda apareceu. Eu cometo muitos erros graves, mas eu ainda assim eu penso que esteja indo muito bem no geral. Eu imagino que terei uma grande quantidade de trabalho em Natal, como o Chefe me contou que ela estava indo fechar um grande acordo, e tudo isso irá cair em meus ombros, somando aos negócios. Nós somos bons amigos, e deveremos, eu penso, continuar a sê-los, afinal ele não é um homem capcioso e mutável. Beaumont, o que era secretário de Pine (o último governador de Natal), colocou-me a par de muitas coisas, ele é um excelente companheiro e somos grandes aliados (Tradução Livre).

<sup>6</sup> Desde os primeiros ensaios que ele escreveu em Transval, para a história da Guerra Zulu, Cetywayo, continuando por meio de sua ficção, discursos, e diários privados, a visão política de Haggard permaneceu conscientemente racista. Os últimos ensaios produzidos em Transvaal mostram-no como um paternalista ao extremo. Em "The Transvaal" (1877), Haggard caracteriza o Britânico como o único capaz de governar os africanos pretos com uma medida de justiça. "Exclusivamente nós, dentre todas as nações no mundo, sabemos como controlar raças de cor sem práticas de crueldade" (Tradução livre).

que lhe pertence e foi usurpado por um parente ditatorial com o auxílio de uma feiticeira. Entre ajudar este “negro” e seu povo, o objetivo principal da empreitada é o espólio de pedras preciosas e riquezas pertencentes à tribo em questão.

A história mostra que África nada mais é na visão de um inglês (e do resto do mundo branco) que um local de selvageria e riquezas convivendo, sem que uma perceba a outra, necessitando de um braço europeu (carregado de pólvora) para trazer a “civilização” aos perdidos. Esta civilização, no entanto não quer ser igualitária no tratamento entre seres humanos, como mostra a passagem de um diálogo entre o herói e um negro africano Jim: “Calei-me, porque não convinha à minha dignidade de patrão e de branco revelar curiosidade diante de um bechuana (negro).” (HAGGARD, 2011, p. 31.). Em outra passagem, outro diálogo, o mesmo Quatermain diz:

Havia uma altivez nas maneiras deste homem, e especialmente no seu emprego da expressão “ho brancos” em lugar de “ho inkolsis” (chefes), que me surpreendeu grandemente. – Estás esquecendo a quem falas!, repliquei. As palavras saem-te demasiadas e imprudentes. (HAGGARD, 2011, p. 45.).

Katz toma como parâmetro a obra onde Haggard critica o sistema colonial britânico na África da Sul, e outros locais onde apresentou um posicionamento elogioso com relação a colônia, mas afirma que, a despeito de tudo isso, seu pensamento permaneceu racista, paternalista e tipicamente imperialista. Haggard afirma que a Inglaterra era a única nação digna de governar bem os homens negros, sem crueldade, mas de forma justa. Esta visão tem sua origem no modelo de colonização britânico que foi diferente dos países ibéricos sobre a África e as Américas. Abdias Nascimento coloca que:

Nos países de colonização e escravidão anglo-saxões, onde os homens emigravam com suas famílias, havia um certo equilíbrio entre o número de mulheres e de homens, enquanto na colonização e escravidão espanhola e portuguesa, onde aventureiros e criminosos emigravam sem famílias, havia menos mulheres brancas que homens. (NASCIMENTO, 2019, p. 19)

Eis aí o ideal civilizador do imperialismo. Mais adiante, no mesmo parágrafo, Katz prossegue discorrendo a respeito de outra obra publicada pouco tempo depois de *The Transvaal*: “he does not pretend to believe, however, that British rule will lead to the development [...] he concedes the



chance of theres being insufficient potential in blacks to advance to the level of their rulers”(KATZ, 2010, p. 139)<sup>7</sup>.

É possível constatar que a obra de Haggard é vasta e está relacionada aos principais eventos transcorridos ao longo da vida do autor: passando pelas guerras no império colonial britânico até a Primeira Guerra Mundial. É importante destacar que, ligado à elite da metrópole, Haggard possuía a perspectiva/ótica dos dominantes. Para a presente discussão foi escolhido o livro *As Minas do Rei Salomão*, a justificativa se encontra no fato de que é uma de suas mais célebres obras e o enredo vai diretamente ao encontro das relações entre colonizador e colonizado na África do século XIX, dando conta assim de tratar toda a violência inerente àquele sistema. O livro em questão foi escrito em primeira pessoa, como se o protagonista, Alan Quatermain, quem contasse a nós suas aventuras. Os personagens e o enredo oferecem recursos para vislumbrar os costumes, os hábitos e os conceitos da sociedade colonial em que Haggard viveu, principalmente sobre a ótica metropolitana.

Divido em dezessete capítulos, o livro foi escrito em primeira pessoa, como se o protagonista, Alan Quatermain, quem contasse a nós suas aventuras. O início da história se dá quando este se encontra com Sir Henry Curtis e o Capitão John Good em uma embarcação, chamada Dunkeld, rumo a Natal, depois que Quatermain havia encerrado uma malfadada expedição em busca de marfim. O encontro se deu no refeitório da embarcação, e os dois ingleses, coincidentemente procuravam por ele e o chamaram até sua cabine. Sir Henry procurava por um homem chamado Neville, que na verdade era George, seu irmão mais novo. Os dois haviam se desentendido quando da morte do pai, por conta da herança, que foi destinada inteiramente a Henry. Estando George sem nenhum bem, partiu para a África em busca de fortuna.

---

<sup>7</sup> [...] ele não tem a intenção de acreditar, entretanto, que o domínio britânico vai levar ao desenvolvimento [...] ele concede a chance daqueles seres pretos de potencial insuficiente avancem ao nível de seus governantes (Tradução livre).

Anos depois, Henry se arrependeu de seu egoísmo e resolveu buscar pelo irmão, recorrendo a alguém que conhecia a região, o Sr. Alan Quatermain, que inclusive revela ter visto “Nevile” em sua última expedição. Interrogando Quatermain sobre mais informações a respeito do destino de seu irmão, Henry tomou conhecimento de que ele havia partido em busca das lendárias Minas do Rei Salomão. Tais Minas chegaram ao conhecimento de Quatermain em uma de suas muitas caçadas a elefantes. Neste episódio conheceu outro caçador, Evans, que lhe apontou os dois picos, no horizonte, além de um árido deserto, que indicavam a entrada para as minas. Em outro momento, teve contato com um português, que para muito além do simples relato, lhe entregou um mapa que guiava até as Minas, com indicações precisas escritas por um compatriota do século XVI, José da Silvestra.

Depois de muita insistência por parte de Henry e Good, Quatermain aceitou acompanhá-los em troca de uma vantajosa recompensa de diamantes e pedras preciosas que poderiam encontrar. Juntaram então uma companhia de criados, alguns zulus, e dentre eles Umbopa, chefe de um grupo de nativos aliados aos ingleses e que teve contato com Quatermain na Guerra dos Zulus. A travessia pelo deserto foi terrível (antes, mataram oito elefantes e enterraram seu marfim). Entretanto, chegando às montanhas pelas indicações do mapa de Silvestra, encontraram o corpo deste mesmo português conservado, em parte pela baixa temperatura do topo das montanhas chamadas de Seio de Sabá. Passando pelas montanhas, se depararam com uma belíssima terra, verde, com rios, animais e excelente clima. Absortos com aquelas maravilhas foram pegos por um grupo de nativos que se identificaram como sendo Kakuanas.

Eles só não mataram os forasteiros porque o Capitão Good os impressionou muito com o movimento de sua prótese dentária, a ponto de o tomarem como deuses. Por este grupo, foram conduzidos ao rei que recebeu a todos com certo receio e hostilidade. Os ingleses se viram inseridos em um conflito pelo trono, pois o misterioso Umbopa era na verdade o verdadeiro rei, que fora exilado pelo irmão. Por fim, Umbopa é colocado no trono pelo auxílio de seus companheiros de

viagens, e estes, por muito pouco, não acabam perdendo suas vidas nas Minas do Rei Salomão devido aos ardis da feiticeira do antigo rei.

Tendo apresentado um resumo da trama, vamos aos personagens. Primeiramente, Quatermain, que já mencionamos anteriormente, inspirado em um explorador do sul da África, é o estereótipo mais que perfeito do colono (ou seja, aquele europeu que vivia na colônia) que fora bem-sucedido, aos termos da época, alcançando prestígio e fazendo fortuna, sobretudo por meio de trabalhos como a caça de elefantes para a obtenção de marfim e a ajuda em guerras. Quando Quatermain conhece Umbopa (um chefe nativo aliado aos ingleses), o descreve de modo muito interessante, para depois nos revelar sua ligação com ele, vejamos:

Surgiu então um homem alto, forte, de feições nobres, pele mais clara que a dos zulus, aparentando uns 30 anos. Saudou-me com um gesto de mão e sentou-se, cruzando os pés, num canto da sala. Seu rosto pareceu-me familiar [...] Então me recobrei. Eu tinha sido guia dos ingleses durante a guerra contra os zulus pela ocupação daquela região. Tive a sorte de deixar o acampamento britânico um dia antes do confronto fatal, pois fora encarregado de conduzir um comboio de carga para uma localidade próxima. Enquanto os bois eram atrelados às carroças, conversei com aquele homem, que era uma espécie de comandante dos nativos aliados a nós. Ele expressou suas dúvidas quanto à segurança do acampamento. Retruquei-lhe que se calasse e deixasse esses assuntos a cargo de pessoas mais sábias. Os fatos, entretanto, comprovaram que ele tinha razão (HAGGARD, 1998, p. 14).

Chama atenção para a descrição de Umbopa: sua pele clara se torna sinônimo de sua altivez, elemento que não se encontra no texto por acaso, mas é fruto de um longo processo que, além de considerar a cor de pele branca como sinônimo de distinção e superioridade, teve intuito de tentar, de qualquer forma, encontrar alguma antecedente que tornasse esta ou aquela etnia como diferente dos povos subsaarianos, como foi feito com o Egito (e ainda é). Tal caracterização se repete na descrição do grupo dos Kakuanas:

A 20 passos de onde estava, vi um grupo de homens. Um rapaz talvez de 17 anos ainda mantinha o braço esticado: não havia dúvidas que fora ele a lançar o dardo. Um senhor mais idosos dirigiu-lhe algumas palavras que não entendi, mas

desconfiei serem de repreensão. Eram todos altos, mais altos que a grande maioria de nativos da África, e tinham a pele cor de cobre (HAGGARD, 1998, p. 14).

A pele clara, cor de cobre, é retomada por Aime Césaire, em seu famoso livro Discurso sobre o colonialismo, traz estas tentativas no âmbito acadêmico como exemplo da tentativa do europeu de ignorar a existência de qualquer tipo de cultura em solo africano: é a tão falada hipocrisia do colonizador (CÉSAIRE, 1978).

Um segundo aspecto interessante é o papel de Quatermain como conhecedor experiente do território, servindo de guia aos britânicos. E por fim, sem dúvida, a fala mais chocante, é a represália de Quatermain a Umbopa, dizendo que deixasse a segurança do acampamento a cargo de pessoas mais sábias do que ele. Adiante, o escritor acrescenta que Quatermain mais tarde daria razão a Umbopa. É a contradição do autor, presente em sua trajetória: de um lado sua admiração e do outro toda a carga cultural do seu tempo.

Tal contradição se revela, sobretudo, na figura do próprio Umbopa. Herdeiro real do trono, ele lida com os ingleses de igual para igual, e a maneira como o autor desenvolveu esse personagem, um nativo criado pelos zulus, nos leva a refletir sobre complexidade da trajetória humana, de fato descontínua, impossível de se alcançar uma plena compreensão. O velho Haggard, de 1926, talvez tivesse repensado sua trajetória e de fato acreditado em uma igualdade. Entretanto, tal contradição pode até ser questionada, ao enfatizarmos que a sua admiração, por volta de 1885, enquanto estava e plena atividade na África, não passava de uma admiração pelo exótico, pelo diferente, enfim, por aquele que lhe era inferior.

Sir Henry e Capitão Good revelam a imagem dos colonizadores administradores. Vindos da metrópole, ainda não se adaptaram bem ao estilo de vida “selvagem” da África. Haggard, por exemplo, ao longo da obra, descreve várias vezes o ímpeto, quase doentio, de Capitão Good, em manter-se limpo e bem-vestido.

O Capitão Good repetiu o ritual de todas as noites: lavou os dentes com bochecos de água fresca, despiu as calças e a camisa, dobrando-as cuidadosamente, e ajeitou-se no seu leito como se estivesse na mais elegante mansão inglesa. Conseguia

manter-se sempre limpo, barbeado, os trajes impecáveis; nem parecia estar metido numa aventura no coração da África, rodeado de feras, sob um calor escaldante (HAGGARD, 1998, pp. 16-17).

Mesmo distante dos confortos ingleses, não negaram a possibilidade de uma caça de elefantes e obtenção de marfim, um bem muito precioso. Haggard menciona diversas vezes esta prática, mas de maneira muito mais enfática no quarto capítulo.

Cansados, resolvemos parar a matança. Oito elefantes numa tarde já é uma boa caçada. Esquartejamos apenas dois deles, retirando seus corações, que nos serviriam de jantar. No dia seguinte mandaríamos até ali os carregadores para extrair o marfim (...) Foram necessários dois dias para serrar o marfim dos nove elefantes mortos e enterrá-los ao pé de uma grande árvore. Se conseguíssemos retornar, esse seria um sinal de fácil identificação. E valeria a pena recuperar aquele tesouro, cada uma das presas pesava mais de 20 quilos; as do grande elefante passavam de 80 (HAGGARD, 1998, pp. 17-19).

O comércio de marfim era um mercado muito frutuoso, e um dos elementos que chamavam os europeus para as riquezas da África. Vincent Kaphoya apresenta três grandes razões que levaram os europeus a se instalarem e explorarem o continente africano. O primeiro trata-se do desejo de conseguir mais conhecimentos acerca da África, o continente sombrio, repleta de mistérios, desde a vegetação até aos animais, e especialmente a cultura dos nativos. Muitos cientistas, em um primeiro momento, se dedicaram a realizar expedições exploratórias pelo continente e iniciaram um processo de acumulação de conhecimento.

O segundo elemento, diz-nos o autor, tratou-se do forte sentimento etnocêntrico cultivado pelos europeus, com desejo de expandir a fé, importante mecanismo no processo de dominação, e os valores de sua civilização. A terceira razão estava relacionada ao imperialismo, sentimento nacionalista que objetiva a expansão da nação a outros territórios, conferindo-lhe glória e prestígio. O mais interessante, porém, é que Kaphoya aponta para a dinâmica entre as três razões, que se relacionam. Primeiro se buscava conhecer o território, avaliar a potencialidade econômica de seus recursos; depois enviavam expedições a fim de coletar tais recursos, é a figura do explorador, o Quatermain que não pode perder a oportunidade de matar os elefantes que cruzam seu caminho.

Mesmo que não possa carregar o marfim, reserva-o para outra ocasião futura. “Frequentemente os próprios exploradores não podiam resistir à tentação da ganância e da acumulação de grandes quantidades de riqueza ou cargas preciosas” (KHAPOYA, 2015, p. 145).

Após as explorações é que se instaurava uma administração, propriamente dita, sustentada pelo auxílio dos missionários, que por meio do ensino da fé Cristã, inculcavam nos nativos o desejado sentimento de submissão e aceitação: os sofrimentos que viviam no cotidiano duro dos trabalhos forçados, das humilhações, das violências físicas e morais, eram necessários para a salvação e deviam ser suportados com firmeza e brandura. Frantz Fanon em *Os condenados da terra* vai além ao afirmar que inclusive a cultura dos nativos, seus ritos envolvendo ancestrais e forças da natureza eram também um meio eficaz de mantê-los submissos. Logo, se havia uma desgraça, fome, por exemplo, era atribuída não a destruição da agricultura de subsistência pelo colonizador, mas sim aos zumbis (simbolismo específico dos povos yorubás Daomé, que se relacionou mais às regiões de colonização francesa e portuguesa), ou a ação de feiticeiras (FANON, 2006).

Entretanto, a força da administração colonial não estava centrada somente na fé, mas cada nação possuía um sistema de governo, de acordo com suas características, o modelo inglês era bastante rígido e acentuava, ou ainda, delimitava muito bem a fronteira entre brancos e negros, colonizadores e colonizados, vejamos. Os ingleses, na obra de Haggard, não estão interessados apenas nas riquezas, mas estão sempre dispostos a ajudarem os nativos a derrubarem os seus tiranos, e, com sua ajuda, estabelecerem um novo governo, mais justo e estável, em troca, é claro, de algumas condições.

– Diga-lhe que ainda não conhece os ingleses – respondeu Sir Henry. – Sem dúvida, a riqueza sempre é bem-vinda, mas ainda assim não se pode comprar a lealdade de um inglês com ela. Lutarei, sim, a seu lado – porque ele foi fiel a nós, porque gosto dele e porque me agrada a ideia de acabar com esse monstro que é Tuala (HAGGARD, 1998, p. 33).

Acreditamos ser este uma das mais claras referências ao governo indireto empregado pela Inglaterra e como Haggard o tinha em alta conta, como símbolo de um governo justo, pacífico e

eficaz. Vimos em uma de suas cartas, que segundo ele somente a Inglaterra seria capaz de governar os povos, pois estes por si só não tinham nenhuma capacidade. Por meio do chamado *Indirect Rule*, estruturado por Lord Frederick Lugard, desempenhariam esta missão.

Tal forma de governo indireto se organizava de uma maneira sutil e ao mesmo tempo muito pragmática: não podendo governar diretamente todo o território, os ingleses identificavam as estruturas de poder locais e interferiam, de modo a coagir os governantes, a fim de que se aliassem aos seus interesses. Se não houvesse uma hierarquia estruturada, os ingleses a criavam a fim de manter seu estilo de governo em funcionamento. Defendiam que este tipo de governo visava apenas a preservação e proteção da cultura dos povos nativos, mas sabemos que não eram exatamente estes os objetivos.

Uma consequência política importante do governo indireto era que ele consolidava a separação das identidades étnicas e restringia o desenvolvimento de uma consciência nacional ou colonial. Na verdade, o estilo servia muito bem aos interesses dos coloniais britânicos, permitindo a estes colocar os grupos étnicos uns contra os outros (KHAPOYA, 2015, p. 167).

Incentivar o conflito entre os grupos étnicos, ou até no interior de um mesmo grupo étnico, inflando as crises dinásticas, eram as ferramentas amplamente utilizadas pelos ingleses. E esta estratégia Haggard utiliza em sua história, exatamente no trecho do romance citado anteriormente, quando o grupo se comprometeu em ajudar Umbopa a recuperar seu trono, e, Sir Henry, entusiasmado, quis externar o sempre presente desejo de “auxiliar”, cultivado pelos ingleses. Depois de derrotado, Taula, o rei tirano e monstruoso, Umbopa, amigo dos ingleses, assume o governo dos Kakuanas, e suas primeiras medidas são de favorecimento ao grupo e cumprimento de tudo o que havia prometido, como por exemplo, o acesso às pedras preciosas das Minas do Rei Salomão.

Os principais interesses dos colonizadores, que são sistematizados por Kaphoya em uma atualização (a Teoria Econômica do Imperialismo), reforçam muito bem que o interesse dos ingleses, por exemplo, na fictícia terra dos Kakuanas era apenas alcançar os diamantes e estruturar um novo governo que lhes fosse favorável, mas não há nenhuma menção aos subsídios para que os Kakuanas

se desenvolvessem por eles mesmos. Parece uma tola comparação, mas traz à tona toda a desumanização do processo colonial (mais uma vez recorrendo a Cesaire) que se orientou unicamente para a exploração dos diversos recursos. Dentre os sete pontos estabelecidos por Kaphoya, destacam-se dois: a transferência da riqueza mineral da África para a Europa (empreitada realizada por meio da construção de linhas férreas e sistemas portuários exclusivamente para este fim) e a ausência de industrialização (toda a estrutura foi desenvolvida para facilitar a exploração e não em benefício dos nativos, e à época da saída do colonizador, era preciso recomeçar).

Estes dois elementos transparecem no trecho citado, já no fim do romance de Haggard, quando os ingleses depois de instaurado o novo governo e carregados de diamantes, retornam a Inglaterra. Ainda em *As Minas do Rei Salomão*, também observa-se a exploração do trabalho: o grupo utiliza-se de diversos criados, todos nativos, ao longo de sua jornada, e os tratam de maneira extremamente autoritária, com violência e ameaças, sendo que alguns até morrem no caminho para o objetivo final.

Enfim, a obra de Haggard e seus personagens única obra utilizada para esta análise, refletem grandes preconceitos do autor e do colonialismo britânico. E a simpatia e admiração que nutria pelos zulus, só revelam o olhar paternalista e exótico com que se fitava o povo nativo. O sucesso da obra, seu aceitação pela sociedade, nos aponta para os anseios de uma mentalidade imperialista, que se deleitava com a aventura dos exploradores, o marfim dos elefantes, o enriquecimento e a submissão dos povos em nome da civilização.

A colonização construiu uma visão sobre África em prol do cativo, espólio, estupro, sequestro e morte. É comum encontrarmos o continente africano representado como um local instável, cheia de recursos naturais e riquezas que não devem estar nas mãos africanas. Esta mesma ideia se deslocou para a colonização nas Américas de forma geral, sobretudo após a Revolução Haitiana de 1791 (C. L. R. James, 2000), e se fez presente na literatura infanto-juvenil em locais como o Brasil por exemplo, onde se reproduz o teor racista originado no colonialismo europeu sobre



África. A exemplo temos a literatura infanto-juvenil utilizados nos bancos escolares diz com todas as letras o seguinte:

Afinal as duas velhas apareceram – Dona Benta no vestido de gorgorão, e Nastácia num que Dona Benta lhe havia emprestado. Narizinho achou conveniente fazer a apresentação de ambas por haver ali muita gente que as desconhecia. Trepou em uma cadeira e disse: - Respeitável público, tenho a honra de apresentar vovó, Dona Benta de Oliveira, sobrinha do famoso Cônego Agapito Encerrabodes de Oliveira, que já morreu. Também apresento a Princesa Anastácia. Não reparem por ser preta. É preta só por fora, e não de nascença. Foi uma fada que um dia a pretejou, condenando-a a ficar assim até que encontre um certo anel na barriga de um certo peixe. Então o encanto se quebrará e ela virará uma linda princesa loura (LOBATO, 1959, p. 36).

Assim como os negros “dóceis” em África precisam de uma mão branca dirigindo e auxiliando no que for “necessário” como aponta o livro de Haggard, na escrita de Lobato também é evidente este cenário de aventura e submissão mesclado em um romantismo que esconde o teor mais profundo dos preconceitos presentes nas obras.

### **Considerações finais**

O interesse pela análise da obra de Haggard ao constatar a visão do europeu daquele tempo, o século XIX, para com o continente africano, que podemos apontar como repleta de misticismo e exotismo. Ao longo da leitura de *As Minas do Rei Salomão* foi possível observar nitidamente tais elementos, e não só estes, mas também alusões ao colonialismo britânico e suas principais características. Nosso objetivo foi justamente este: identificar na obra do escrito inglês do século XIX, também ele envolvido na dinâmica colonial, as práticas de violência do imperialismo. Acreditamos que tal objetivo tenha sido por nós alcançado e o presente artigo pode contribuir para os estudos da obra de Henry Haggard e chamar atenção para as grandes potencialidades da relação entre Literatura e História.

Ao longo de nossa pesquisa para este artigo possível constatar a riqueza de fontes: existem diversos livros de sua autoria que abordam o mesmo tema de *As minas do rei Salomão*; também foi

possível observar a riqueza de sua robusta autobiografia, que contém diversas cartas passivas e ativas, um material que se constitui uma verdadeira mina. Esperamos assim ter despertado o interesse para a temática e apontado alguns caminhos de pesquisa, mas especialmente com relação às fontes.

## Fontes e bibliografia

### 1. Fontes impressas

HAGGARD, Henry Rider. **As minas do Rei Salomão**. Trad. Werner Zotz. Scipione: Rio de Janeiro, 1998.

HAGGARD, Rider. *As minas de Salomão*. L&PM. Porto Alegre, 2011.

HAGGARD, Henry Rider. **The Days of my life volume I (1926)**. Project Gutenberg Australia. Disponível em: <http://gutenberg.net.au/ebooks03/0300131.txt>.

### 2. Referências bibliográficas

BOAHEN, Albert Adu. **A África diante do desafio colonial**. In: **História Geral da África –África sob dominação colonial (1880-1935) – Volume VII**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)**. São Paulo: Unesp, 1992.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BARNES-FREMONT, Gregory. **The Boer War 1899-1902**. Oxford: Osprey Publishing, 2003.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

COHEN, Morton. **Rider Haggard: His Life and Works**. London: Hutchison, 1960.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Trad. Mary Del Priore. Brasília: Editora da UnB, 1994.

CHARTIER, Roger. “Texto, impressões, leituras”. In HUNT, Lynn (org). **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

- DARNTON, Robert. **O grande massacre dos gatos**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.
- HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- KATZ, Wendy Roberta. **Rider Haggard and the Fiction of Empire: A Critical Study of British Imperial Fiction**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- JAMES, C. R. L. **Os jacobinos negros**. Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo. Boitempo, 2000.
- KHAPOYA, Vincent. **A experiência africana**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015
- KNIGHT, Ian; RUGERRI, Raffaele. **Boer Commando 1876-1902**. Oxford: Osprey Publishing, 2004.
- KNIGHT, Ian. **The Zulu War 1879**. Oxford: Osprey Publishing, 2003.
- LOBATO, Monteiro. **Reinações de Narizinho**. 1959.
- M'BOKOLO, Elikia. Cap. V. Idade de Ouro ou crepúsculo da colonização 1910-1940. In: **África Negra – História e Civilizações, Tomo II (do século XIX aos nossos dias)**. Salvador: EDUFBA, São Paulo: casa das Áfricas, 2011.
- MANDIRINGANA, E.; STAPLETON, T. J. The Literary Legacy of Frederick Courteney Selous. **History in Africa**. 25: 199–218. 1998.
- MBEMBE, Achille, **Crítica da Razão Negra**. Antígona, Portugal, 2014.
- MCQUILTON, John. **Australia's communities and the Boer War**. New South Wales: Palgrave Macmillan, 2016.
- NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**. Documentos de uma militância pan africanista. São Paulo. Perspectiva, 2019
- RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV/ UFRJ, 1996.
- ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

TWAIN, Mark. **Solilóquio do Rei Leopoldo II, da Bélgica: Uma Defesa de seu Reinado no Congo**. Quetzal Editores, 2018.